

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 6 de maio de 2025 - Ata n.º 35.

Aos seis dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. A Sr.^a Presidente, Deputada **Flávia Francischini**, secretariada pelos Sr.^s Deputados **Luciana Rafagnin** (na função de 1.^a Secretária) e **Mauro Moraes** (na função de 2.^o Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **35.^a Sessão Ordinária da 3.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a Sessão Ordinária desta terça-feira. Consulto a 1.^a Secretária se há Expediente a ser lido.

SR.^a 1.^a SECRETÁRIA (Deputada Luciana Rafagnin – PT): Sim, Senhora Presidente. (Procedeu à leitura dos documentos protocolados no Expediente do dia.)

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 091/2025** da Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito, encaminhando resposta a Requerimento de autoria do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 507/2025** da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, encaminhando resposta a Requerimento de autoria do Deputado Ney Leprevost;

Ofício n.º 876/2025 da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli; **Ofício n.º 877/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli; **Ofício n.º 878/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 879/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 881/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Anibelli Neto; **Ofício n.º 882/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 883/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 884/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Delegado Tito Barichello; **Ofício n.º 885/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 886/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli; **Ofício n.º 887/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 889/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a requerimento do Deputado Professor Lemos.

Mensagens: (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências.)

Mensagem n.º 35/2025 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Decreto Legislativo (**autuado sob o n.º 8/2025**) que altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 7.871, de 29 de setembro de 20217, para internalizar os Convênios ICMS 86/2024 161/2024, a fim de conceder isenção do ICMS nas operações internas e nas interestaduais em relação à diferença entre as alíquotas interna e interestaduais, incidente nas aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado de biorrefinaria fabricante de Combustível Sustentável de Aviação – “SAF”, Biometano, Biogás, Metanol CO2, e o Convênio 151/2024, que altera o Convênio ICMS 151/2021, o qual autoriza a concessão de isenção do ICMS nas operações com máquinas, equipamentos, aparelhos e componentes para a geração de energia elétrica a partir do biogás; **Mensagem n.º 36/2025** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei

(autuado sob o n.º 289/2025) que altera a Lei n.º 22.267, de 13 de dezembro de 2024, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2025.

Era isso, Presidente.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Primeiro orador inscrito no Horário do Pequeno Expediente: Deputado Delegado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Quero inicialmente cumprimentar o Ex.^{mo} Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, cumprimento o Líder do Governo, cumprimento o Líder da Oposição, cumprimento a imprensa que nos assiste, cumprimento os cidadãos que estão aqui na Assembleia Legislativa, cumprimento você que está na sua casa, cidadão de bem, cidadão honesto que está assistindo à *TV Assembleia*. Senhores, na Argentina, o Presidente Javier Milei, de direita, apresentou um projeto de lei para mudar a maioria penal na Argentina para 14 anos de idade. Nossos irmãos argentinos têm, na sua legislação, estabelecido que a maioria penal é aos 16 anos. Aqui no Brasil se vive uma ficção considerando que os menores de 18 anos não têm capacidade de entender o caráter ilícito do fato. E isso prejudica a sociedade e prejudica, também, essas pessoas. Por quê? Porque eles são incitados a praticar crimes, são cooptados por organizações criminosas e vivem na impunidade. Nós, hoje, sociedade, somos reféns de menores de 18 anos que estão na rua praticando furtos, roubos, latrocínios e não têm qualquer consequência penal. Javier Milei já mostrou como devemos agir. Porque uma pessoa, no mínimo com 16 anos, já sabe o que é ilícito, o que é certo e o que é errado. Não estou falando em se colocar na cadeia adolescentes porque furtaram um chocolate, ou porque saíram com balas no bolso, ou porque se apropriaram de objeto de menor valor, como a Oposição e o PT gostam de mostrar. Não, não é isso. Sou extremamente favorável, como delegado de polícia, como cidadão, a uma legislação que puna a partir dos 16 anos de idade em caso de crimes graves. Em casos de estupro – estupro que é um crime contra a dignidade sexual. Será que aquele que estuprou, menor de 18 anos, não tem capacidade de entender o caráter ilícito do fato,

agindo com libido, agindo com violência contra uma mulher vítima? Tem plena capacidade, sim, e nós, sociedade brasileira, somos hipócritas, por quê? Porque permitimos que o cidadão de bem e o cidadão honesto fique à mercê desses criminosos e bandidos. Está na hora de a sociedade brasileira criar vergonha na cara e compreender que precisamos, sim, da mesma forma que na Argentina, punir os menores de 18 anos. Em caso de determinados crimes, Deputado Mauro Moraes, até maiores de 14 anos. Em caso de estupro, em caso de homicídio doloso qualificado tem sim capacidade de entender o caráter ilícito do fato. E isso é muito bom para ele porque ele sabe que não vai poder praticar o ilícito. É bom para ele e é bom para a vítima, para os dois. Porque hoje as vítimas estão à mercê desses criminosos e ele, menor de 18 anos, tem a sensação da impunidade. E essa sensação da impunidade gera insegurança no Brasil. Parabéns ao Presidente Javier Milei, da Argentina, que hoje já tem uma legislação que pune a partir dos 16 anos e que quer mudar, Sr. Líder do Governo, para uma legislação que puna a partir dos 14 anos de idade. Tenho certeza de que, se o nosso Governador chegar à Presidência da República, irá lutar por essa pauta de direita conservadora que protege o cidadão, mas não protege o bandido e não protege o criminoso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador inscrito: Deputado Marcelo Rangel.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Senhora Deputada Flávia Francischini, nossa Presidente, demais Parlamentares que compõem a Mesa, Sr.^s Parlamentares, Deputados, toda a imprensa, subo a esta tribuna novamente para falar a respeito de um assunto que abordei há poucos dias, deixou todos os brasileiros indignados e, como Parlamentar, não só tenho o dever de me manifestar, de colocar o meu posicionamento, mas também de atuar como legislador. Há poucos dias, subi nesta tribuna para falar a respeito da fraude de mais de R\$ 6 bilhões que aconteceu no nosso País: o roubo das pensões dos nossos aposentados, apropriação indébita e a fraude que fez com que os brasileiros tomassem conhecimento de uma quadrilha organizada, de uma máfia

que envolve entidades, federações, confederações e sindicatos. Mas hoje estou subindo aqui, na tribuna, porque alguns Parlamentares, também de maneira correta, fizeram algumas críticas de que, aqui no Estado do Paraná, no Parlamento Estadual, talvez assuntos nacionais – que é da esfera do Congresso Nacional – muitas vezes não têm a repercussão e a eficiência direta nas nossas leis paranaenses. Mas, como cidadão e tendo a oportunidade de falar neste microfone que considero um dos microfones mais importantes do Paraná, queria dizer a todos que, sim, fiz a lição de casa e acabei apresentando um Projeto de Lei neste tema, e acredito que pode ser um exemplo para outras Assembleias e até mesmo para o Congresso Nacional, exemplo de trabalho pela transparência. Preciso atualizar os números, porque, quando subi aqui na tribuna, falei a respeito de um Rolls-Royce no valor de R\$ 6 milhões, que seria a cereja do bolo ou o pico de um *iceberg* de bilhões de desvios. Mas, naquela ocasião, se falava apenas em R\$ 6,3 bilhões – talvez um pouco mais, Deputado Tito. Mas hoje temos que atualizar porque me parece que o buraco é mais embaixo. O desvio pode superar R\$ 90 bilhões – R\$ 90 bilhões – e aí está a resposta porque o nosso País, um país tão lindo, um povo tão trabalhador, ordeiro, um país com tantas riquezas, por que o Brasil não vai para frente. Um Brasil... Um país que permite uma roubalheira na ordem de R\$ 90 bilhões, certamente, está no *ranking* como o país número um da corrupção no mundo. Nos primeiros momentos, quando se soube da falcatura dessa confusão envolvendo o INSS, pouco foi falado nos primeiros dias. Veio a notícia do Fernando Collor, outras informações e a notícia ficava em rodapés de *sítes* e até mesmo de grandes veículos de comunicação. Hoje, com a atualização, não há mais o que segurar. São manchetes em todos os *sítes* e jornais, redes de TV e emissoras de rádio do Brasil. O que nós, aqui, Parlamentares do Estado do Paraná podemos contribuir, para que isso nunca mais ocorra no nosso País e no nosso Estado? Apresentei ontem um Projeto de Lei, que dei o nome de Portal da Transparência das Entidades, Portal da Transparência dos Sindicatos... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Pelo horário da liderança do PSD, querida Presidente. Um Portal da Transparência dos Sindicatos, das Federações e das Confederações, porque, a você que me assiste neste momento, ao vivo, pela *TV Assembleia*, fica apenas a indagação a respeito do porquê isso ainda não ocorre no nosso País. Porque você que está nos acompanhando, todos os cidadãos têm o direito de saber quanto um Deputado recebe; quanto um Vereador recebe; quanto um Prefeito; um Governador; quanto cada servidor público recebe, porque tudo isso está no Portal da Transparência: tudo o que se gasta em secretarias; tudo o que se gasta em entidades públicas estaduais, municipais. E por que não existe a mesma lei para os sindicatos, outras entidades, federações e confederações? Pergunto para você que está me assistindo e a você que, inclusive, é filiado em sindicatos... E aqui é importante deixar claro que existem sim sindicatos que realizam bons trabalhos, que defendem os trabalhadores, que defendem servidores, que defendem empresas, empresários, enfim, sindicatos que, tenho certeza, seus filiados os respeitam e conhecem o seu trabalho mais a fundo. Porém, não se sabe quanto cada diretor, cada vice-presidente, cada presidente, recebe. Nesse escândalo, que foi amplamente divulgado, sabe-se que um dos sindicatos, inclusive, tem o vice-presidente parente do Presidente da República. Não sabemos qual o salário, quanto ele recebe de subsídio, de recursos, dentro do sindicato, seria até interessante, acredito que justo. Justo porque faz parte da transparência pública, principalmente, para entidades que firmam convênios com o Governo, entidades que muitas vezes têm parcerias diretas, recebem até mesmo recursos do Poder Público e também recebem a parte que lhes cabe dos salários dos servidores públicos. Portanto, acredito que será um avanço. Hoje não temos isso no Brasil e pode se tornar um bom exemplo, para outras Assembleias. Como falei também, para que os Deputados Federais possam levar isso adiante no Congresso Nacional. Quero pedir o apoio dos Parlamentares, inclusive, Deputado Batatinha, abrindo para que não seja de um Deputado – que não tenha autoria de apenas um Deputado. Qualquer Parlamentar que tenha a mesma vontade, o mesmo interesse, em trazer mais transparência para os sindicatos, que possa também assinar um projeto de lei. Porque até

mesmo como falei, os próprios sindicalistas gostariam de ter esse Portal da Transparência, para que possam, inclusive, resgatar a credibilidade de muitas entidades que estão atuando no Brasil. Senhoras e senhores, para finalizar, dizer que, como brasileiro, estou torcendo, para que tudo o que aconteceu em matéria de roubalheira, desvios e fraudes seja muito elucidado e que seja punido quem cometeu esses crimes terríveis contra as pessoas mais humildes, aposentados, pensionistas, pessoas que precisam muitas vezes de R\$ 10 para comprar um remédio e por diversas vezes têm dificuldades. Esses desvios não podem nunca mais acontecer. Temos que dar exemplo também, um exemplo político e banir quem promoveu esse tipo de corrupção no Brasil. Doa a quem doer, não somente hoje, desde quando começou. Era isso, senhoras e senhores.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Horário das Lideranças. Próximo orador inscrito: Deputado Mauro Moraes.

DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO): Senhora Presidente, demais membros da mesa, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, ocupo hoje a tribuna desta Casa para demonstrar a minha alegria, em poder ter as notícias do último Caged, que é a demonstração do Ministério do Trabalho e do Emprego aqui no Estado do Paraná. O Caged é a comparação de pessoas admitidas e demitidas. O Caged do trimestre, ou seja, de janeiro, fevereiro e março, que são os meses em que estivemos na Secretaria do Trabalho, demonstrou que o Paraná está em terceiro lugar no Brasil, perdendo apenas para o Estado do São Paulo e o Estado de Minas Gerais – aliás, os dois estados mais populosos da Nação. É evidente que nunca vamos ganhar em termos de trabalho, em termos absolutos, de uma São Paulo, em que só a Capital, a sua grande Capital, tem mais de 23 milhões de habitantes, contra apenas 11 milhões e 500 mil no Estado do Paraná. Mas o importante, Sr.^a Presidente, é frisar que, se considerarmos *per capita*, o Paraná está à frente de São Paulo e de Minas Gerais também. Então, o Paraná é sem dúvida hoje o maior celeiro de empregabilidade do Brasil. Só não somos o primeiro proporcionalmente, considerando o número de habitantes. Então, quero deixar registrado, aqui, Hussein, o Líder do nosso Governador, que não tenho

palavras que possam expressar a minha gratidão, ao Governador Ratinho Junior, que me deu essa missão de fazer, juntamente com ele, o Paraná um verdadeiro celeiro de empregabilidade em todo o Brasil. Nós nos orgulhamos disso, porque o emprego é sem dúvida a mais alta ação social que existe numa nação. Então, o Estado do Paraná está muito feliz em poder dar esses resultados à nossa população, dizendo que, aqui no Paraná, só não trabalha quem quer receber o *Bolsa Família* mesmo, porque emprego nós temos. Diariamente temos, só na nossa agência aqui de Curitiba e nas demais agências do Paraná, mais de 20 mil empregos em aberto; considerando mais 25 mil empregos em aberto das cooperativas, nós podemos constatar aí que são quase 50 mil empregos que o Paraná tem em aberto todos os meses para servir à nossa população. Então, fica aqui registrado que, neste Governo, o Paraná deu um avanço enorme na área do trabalho, qualificação e renda. É oportuno frisar também que, ao entrarmos na nossa Secretaria, Sr. Líder do Governador, qualificávamos apenas 2 mil pessoas por ano, e entregamos 2024 com 26 mil qualificações, e está previsto para este ano mais de 35 mil pessoas qualificadas no Estado do Paraná. Atingimos só com o *Qualifica Paraná* mais de 311 municípios. E quero, Sr. Presidente, deixar registrado aqui que desejo sucesso, pleno êxito das atividades, ao nosso colega Do Carmo, que está dando sequência ao nosso trabalho na Secretaria. Tenho certeza e convicção também de que ele vai fazer um excelente trabalho, porque o Governador nos deu condição para que pudéssemos levar essa Secretaria avante. Hoje o Paraná é sem dúvida um exemplo para todo o Brasil em termos de emprego, somos o primeiro lugar do Sul e somos o primeiro lugar em mulheres, somos o primeiro lugar em idosos, somos o primeiro lugar em jovens, somos primeiro lugar em LGBT, somos primeiro lugar praticamente em tudo. Na região Sul, o Paraná é sem dúvida aquele que mais emprega proporcionalmente *per capita* em todo o País. Então, mais uma vez ficam aqui registrados os meus sinceros agradecimentos pela confiança que o Governador Ratinho Junior teve no Deputado Mauro Moraes durante os dois anos em que eu permaneci na Secretaria do Trabalho. Afianço-lhes, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, que jamais deixei de corresponder à confiança que o Governador teve na pessoa do Mauro Moraes,

jamais aviltarei aos ideais que eu tenho com referência ao trabalho que eu realizo, jamais envergonharei as pessoas que acreditaram em mim, não por uma vez, mas sim por 11 mandatos consecutivos. Jamais envergonharei cada paranaense e procurarei, como disse, tanto quanto possível, corresponder à confiança de cada voto que eu recebi nas 11 eleições que disputei. Muito obrigado. Que Deus ilumine, que Deus abençoe, que Deus nos ajude, e que possamos continuar sendo o estado que mais emprega proporcionalmente em nosso País. Muito obrigado, Sr.^a Presidente. Muito obrigado, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador inscrito: Deputado Professor Lemos. Gostaria de anunciar também a presença do Vereador de Campo Bonito, Sr. Eziquel de Oliveira, a pedido do Deputado Professor Lemos. Seja muito bem-vindo a esta Casa de Leis.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhores Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentá-los, ao tempo que cumprimento toda a população que está acompanhando a nossa sessão à distância. Um cumprimento especial a quem está também aqui nos honrando com suas presenças na Assembleia. Quero também aqui mais uma vez cumprimentar o Vereador Eziquel de Oliveira, de Campo Bonito, que nos honra com sua visita aqui à Assembleia Legislativa, um trabalhador que aceitou o desafio de ser Vereador e está fazendo a diferença lá na Câmara, defendendo a população de Campo Bonito. Quero aqui, em nome dele, cumprimentar todos os demais Vereadores, lideranças dos municípios que nos visitam aqui no dia de hoje. Quero também cumprimentar mais uma vez a direção do Sindicato da Polícia Penal. Estão aqui lideranças importantes, coordenadas pela Presidente, que é a Vanderleia, uma entidade que faz a diferença na defesa dos servidores da Segurança Pública, e também eles compõem o fórum dos servidores do Estado do Paraná. E tem um projeto importante que chegou aqui à Casa, é a Mensagem n.º 31, assinada pelo Governador, o Projeto está em tramitação, e já apresentaram emendas ao Projeto. O próprio Sindicato, o Sindarspen, através da sua direção, apresentou emendas importantes para alterar, para melhor o Projeto, dando similaridade com a carreira da Polícia Militar,

da Polícia Civil, da Polícia Científica. São policiais penais. A Polícia Militar, por exemplo, faz as prisões; a Polícia Civil faz as investigações, investiga; e a Polícia Penal faz a custódia em nome do Estado de quem está privado da liberdade. A Polícia Científica atua fazendo também as perícias, que são importantes. Então, é um conjunto. Agora, por que a Polícia Penal está tendo um tratamento diferente? E não é um tratamento diferente melhorando as condições de salário e de carreira, é ao contrário: há uma diferença, e não pode haver essa diferença. Vários estados do Brasil já corrigiram isso, o Paraná pode corrigir com este Projeto que aqui está tramitando. Então, o Deputado Hussein Bakri, o Líder do Governo, já fez essa discussão junto com o Sindarspen, e devem avançar aqui as alterações para que o Projeto iguale, na questão de carreira, a Polícia Penal às demais Polícias do Estado do Paraná. Eu quero parabenizar o Sindarspen pela atuação, o Sindarspen mais uma vez também se soma ao fórum dos servidores, e eu quero aproveitar aqui para, mais uma vez, solicitar ao Governador que encaminhe para esta Casa o Projeto para fazer a revisão anual na data base – a data base é 1.º de maio. Então, no mês de maio, tem que haver reposição da inflação, que nesta data base chega em torno de 5,6%. Então, é muito importante que a data base seja respeitada, é uma lei que nós conquistamos junto com o fórum; eu era Presidente da APP e estava na coordenação do fórum dos servidores, lá em 2003, Deputado Doutor Antenor, e o Requião cumpriu rigorosamente nos seus oito anos de mandato. Depois o Governador Beto Richa cumpriu no seu primeiro mandato, aí quando chegou ao segundo mandato, de uma altura em diante, ele não cumpriu mais. E o Governador Ratinho Junior não tem cumprido, ele não pagou a data base em nenhum ano do seu Governo. Quando ele reajustou, foi pagar parte de salário atrasado de outros Governadores. Então, no mandato dele, não pagou nada. É preciso pagar. É lei, a lei estadual regulamenta o inciso X do art. 37 da Constituição Federal. Precisa ser cumprido. Então, fica aqui mais uma vez a nossa solicitação, assim como precisa cumprir o pagamento também do piso do magistério. O Paraná não paga o piso, está devendo a reposição de 2024 e a reposição de 2025; somado, dá 11,31%. Precisa repor nos salários de todos os professores do Estado do Paraná. E uma outra coisa que precisa fazer, as

carreiras cuja reformulação não foi justa: precisa refazer. É o caso dos agentes educacionais I e II da Educação. São funcionários de escolas que precisam da reformulação da carreira, e todos os demais servidores do QPPE, que são chamados de agentes de apoio, cuja reformulação da carreira se deu em 2023, mas houve uma injustiça muito grande com os agentes educacionais e também com os agentes de apoio das demais Secretarias. Quero aqui, para ir finalizando, dizer que, com satisfação, recebemos na Assembleia hoje a visita da coordenação da Copa da Reforma Agrária no Paraná. Então, estiveram conosco lideranças dos assentamentos e acampamentos da reforma agrária, trouxeram-nos um convite, visitaram vários gabinetes, não conseguiram visitar todos os gabinetes, mas tenho cópia e depois vou fazer a entrega também para aqueles Deputados que não receberam, do convite para a final, que será nos dias 17 e 18 de maio, no município de Laranjeiras do Sul, no Assentamento 8 de Junho. E no dia 18, às 15 horas, farão a entrega da premiação. A etapa regional já aconteceu nas diferentes regiões do Estado. Só para se ter ideia, a etapa regional, que foi no Norte do Paraná – uma das etapas, eu estava presente –, foi no Assentamento Dorcelina Folador, em Arapongas, e reuniu mais de 5 mil pessoas, até o ex-jogador Raí esteve presente. Então, essa etapa final contará com mais de 500 atletas, é futebol masculino e feminino, deve reunir para além de 5 mil pessoas também lá em Laranjeiras do Sul e quero reforçar o convite feito pela coordenação da Copa da Reforma Agrária. E anunciar também que protocolei um Projeto de Lei no dia de hoje para colocar no calendário de eventos do Estado do Paraná – inserir no calendário de eventos do Estado do Paraná – a Copa da Reforma Agrária, para que o Estado, o poder público, junto com as entidades da sociedade civil, possa participar da organização desta importante Copa da Reforma Agrária. Ela já existe em vários estados e agora também no Paraná. Então, quero parabenizar o MST, parabenizar os assentamentos e acampamentos, assentados e acampados que estão fazendo bonito no esporte. Esporte é saúde, esporte é integração, esporte é acolhimento, é algo extraordinário e faz bem para saúde, faz bem para a vida... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Viva a Copa da Reforma Agrária! Viva a reforma agrária! Viva o MST!

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Denian Couto.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Senhora Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, subo a esta tribuna para desabafar e para lamentar que o Poder Legislativo Estadual dê tão baixa atenção para a principal notícia do momento. Foi divulgado um indicador de alfabetismo funcional no Brasil: 29% da população é analfabeta funcional, não consegue interpretar um texto básico, não consegue realizar uma conta de somar e de diminuir, não consegue identificar um número, separar o que é número de letra – 29% por cento da população –; 36% dos brasileiros têm alfabetização elementar, ou seja, conseguem compreender alguma coisa em um texto, não o todo. Ou seja, 65% dos brasileiros têm problema cognitivo, não conseguem compreender a realidade, entender o que está posto. Apenas 10% da população brasileira é proficiente na língua-mãe! Para que os senhores e as senhoras tenham uma ideia, juntem uma sala com 10 brasileiros e entreguem um texto, uma lauda, apenas um conseguirá entender. Se isso não basta, para que, como representantes da população, nos unamos para trabalhar pelo o que é prioridade, vamos perder muito tempo aqui com discussões ideológicas inócuas, bate-bocas absolutamente desnecessários e uma briga, uma esgrima entre petismo e bolsonarismo que não enfrenta a realidade. Sessenta e cinco por cento do povo brasileiro não consegue entender um texto! O investimento em educação básica no Brasil é uma vergonha agora, no Governo passado, no anterior e há 500 anos. O que tem que ser feito não é feito. Agora, para discutir o que não importa, está cheio de leão e tigre; mas, na hora de enfrentar o problema da educação, que é o que tem condição de formar cidadania neste País, é todo mundo gato branquinho que bebe leite no pires. Para discutir as

vísceras de um Ex-Presidente, músculo; para discutir roubalheira do atual Presidente, todo mundo fortão; e para olhar a realidade, o analfabetismo funcional no Brasil... 65% por cento da população! Junta 10 em uma sala, 7 não conseguem fazer uma conta de somar, diminuir e multiplicar! Gasta-se uma fortuna em universidade pública, enquanto o dinheiro deveria estar no colégio, o dinheiro deveria estar para formar as crianças e os adolescentes do futuro. Esta geração já foi, aqui não tem mais remédio, aqui acabou! Mas investir em educação de verdade custa caro, e é mais fácil fazer a ideologia em sala de aula. Ninguém mais reprova, ninguém mais... Olhem para um adolescente, qual adolescente tem um livro na mão? Não tem. Tem um celular, um livro não. E aí o poder público distrai a população. E olha que nós estamos no estado com a melhor educação pública do Brasil! O número do Paraná não é esse, esse é o número nacional; temos uma situação melhor no nosso Estado, mas o Paraná não é uma ilha. Se não entendermos que há prioridade de verdade, e a prioridade se chama educação, vamos gastar muito: muito tempo, muito dinheiro, muita energia, muita saliva e não vai se discutir a fundo. Quando vi essa notícia, imaginei, talvez por ingenuidade, que os Parlamentos Brasileiros parariam e olhariam para si próprios: o que estamos fazendo? Acompanhei Sessão do Congresso, Sessão de Câmara Municipal, a nossa Sessão da Assembleia Legislativa, e esse tema não havia sido debatido até agora. Esse número não incomoda V.Ex.^{as}? Será que não chegou a hora de uma união de esforços verdadeira para que esse cenário possa mudar? Não para agora, para a frente, para aqueles que não votam ainda, para aqueles que nem nasceram ainda, porque a escola é para eles, a educação é para eles. O analfabeto funcional tem baixa compreensão de dígitos e só consegue entender o desenho de uma letra porque é uma letra que aparece na televisão – “HOJE”, na Globo, aí entende ele o “H”, o “O”, o “J” e o “E”. O analfabeto funcional *desenha* o nome e eles são 29% da população. Não é Lula, não é Bolsonaro, não é Temer, não é Fernando Henrique, é o Brasil. Que este meu desabafo aqui seja entendido pelos colegas como um pedido de socorro, para que façamos do debate na Assembleia Legislativa algo que tenha solução para vida real. Senão, meus amigos, vamos passar, outros virão e, daqui a pouco, este Parlamento estará

recheado de gente que não conseguirá fazer uma leitura elementar de um Projeto de Lei, porque é para isso que estamos caminhando e isso é algo catastrófico. Quero sugerir, Deputado Hussein Bakri, Líder do Governo, Presidente da Comissão de Educação desta Casa, que façamos audiências públicas, encontros, que possamos achar soluções que sejam minimamente inteligentes para enfrentar essa situação. Isso aqui é algo muito sério. Deputado Dr. Leônidas.

Deputado Dr. Leônidas (CDN): Permite um aparte, Deputado Denian? Quero iniciar lhe parabenizando por trazer um tema tão sensível e tão preocupante. Para corroborar com tudo que o senhor traz a esta Casa, os três principais livros mais vendidos, no último ano, no Brasil, foram livros de desenhar, de colorir. Preocupa muito porque os 70% supostamente alfabetizados são os mesmos que postam na rede com erros básicos de português em mais de 80% das postagens. Esse é um número que está colocado aí e em qualquer lugar você encontra esse número. É assustador! E esses jovens vão ser os médicos do futuro, vão ser os professores do futuro, vão cuidar de nós, vão educar os nossos filhos e os nossos netos. O assunto é extremamente preocupante. Parabéns! Conte comigo em todas as ações para que consigamos reverter essa dramática situação. Obrigado.

DEPUTADO DENIAN COUTO (PODE): Agradeço ao Dr. Leônidas. Agradeço a atenção dos colegas. E que lembremos sempre: em uma sala de 10 brasileiros, apenas um consegue traduzir e interpretar um texto. Esse é o Brasil da vida real e esse é o Brasil que tem que ser enfrentado. O resto é firula e ideologia. Agradeço, Sr.^a Presidente.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador inscrito: Deputado Paulo Gomes.

DEPUTADO PAULO GOMES (PP): Senhores Deputados, Deputadas. Hoje, com profunda emoção e senso de dever cumprido, subo novamente a esta tribuna. Não mais para pedir apoio ou apresentar argumentos, mas para celebrar uma conquista histórica: a entrega da primeira edição, dos primeiros exemplares impressos do nosso Código Estadual de Defesa do Consumidor, agora a Lei n.º

22.130/2024. Trata-se de um marco sem precedentes em nosso Estado, um Projeto que nasceu da escuta, da indignação, do desejo de justiça e da vontade inabalável de construir um Paraná mais humano e mais justo. Um projeto que passou da ideia à realidade por meio de um esforço coletivo e democrático, com a adesão unânime dos 54 Deputados Estaduais desta Casa. Sim, todos assinaram, todos acreditaram, todos semearam e hoje juntos colhemos os frutos. Este Código é muito mais do que um conjunto de normas, é um instrumento de empoderamento social, de dignidade humana, de equilíbrio nas relações de consumo. Ele protege não apenas quem compra, mas também quem produz com ética. É um Código para o povo, um Código para o futuro. Mais de um ano de trabalho intenso, 107 Leis Estaduais consolidadas, integrando 38 projetos que estavam em tramitação, organizando 325 artigos, 74 seções e 34 capítulos. Ele é completo, moderno, acessível, construído com a contribuição de mais de 800 pessoas, que participaram de audiências públicas em diversas regiões do Paraná: especialistas; representantes do setor produtivo; defensores públicos; órgãos, como o Procon; entidades da sociedade civil organizada. Este Código nasceu das ruas, das salas de aula, das bancas jurídicas, dos lares de famílias endividadas, nasceu da realidade. Entre as principais inovações, destaco algumas que, com orgulho, já estão servindo de exemplo para outros estados da Federação: a regulamentação do transporte por aplicativo, com regras que garantem segurança e transparência para motoristas e passageiros; a obrigatoriedade de informações claras e verdadeiras na venda de veículos usados, protegendo o consumidor de fraudes e omissões; a garantia de que ninguém será negativado antes de 30 dias de atraso, evitando penalizações imediatas e desproporcionais a quem vive sob o peso do imprevisto. Nós, Deputados, demos uma demonstração clara de que estamos atentos aos interesses dos consumidores, e derrotamos praticamente à unanimidade aqueles que queriam a negativação em apenas cinco dias. O direito de quitar contas essenciais via PIX antes do corte de serviços como luz e água, facilitando o acesso e evitando interrupções que desrespeitem a dignidade das famílias. Mas, como todo avanço real, não foi fácil. O caminho da transformação é sempre acompanhado da resistência. Enquanto estávamos

construindo este instrumento de justiça, setores do mercado se opuseram, se ausentaram, criaram emendas absurdas, protestaram, mas aqui estamos com o nosso Código em mãos. Como disse Gandhi, *“a verdadeira medida de uma sociedade está em como ela trata os seus mais vulneráveis”*. Hoje, ao entregar este Código nas mãos dos Sr.^s e Sr.^{as} Deputados, estamos mostrando ao Brasil que o Paraná está do lado certo da História. Quero agradecer com o coração aberto a todas as instituições que estiveram conosco nessa jornada: ao Ministério Público do Paraná; à Secretaria de Justiça; à Defensoria Pública, na figura do Dr. Ricardo Menezes e do Dr. Erick; à OAB Paraná, representada pelo Professor Antônio Efigênia e pela ex-Presidente Marilena Winter; à sociedade civil; aos juristas; aos servidores desta Casa; aos colegas Deputados e Deputadas; e especialmente ao povo paranaense, que nos inspira, nos cobra e nos legitima. Também quero agradecer ao Governador Ratinho Junior, ao Secretário João Carlos Ortega, ao Presidente Alexandre Curi, ao Ex-Presidente Ademar Traiano, ao Líder do Governo Hussein Bakri, que apoiaram institucionalmente este passo histórico. Após a Sessão, teremos uma homenagem para aqueles que participaram ativamente no desenvolvimento desse dispositivo. Quero citar a Dr.^a Cilene da Silva Gomes Ribeiro, Ex-Presidente do Conselho Regional de Nutrição, neste ato representado pela Sr.^a Carolina Dratch; a Deise Regina Baptista, Presidente do Conselho Regional de Nutrição; Doutor Evandro Vinicius Leonel dos Santos, assessor jurídico da Coordenadoria do Consumidor e da Ordem Econômica do Ministério Público do Paraná; ao Dr. Pedro Paulo Guerreiro, que trabalha conosco na assessoria jurídica no gabinete; ao Dr. Pierre Lourenço, coordenador jurídico da Comissão Especial da Consolidação das Leis do Consumidor; ao Dr. Antonio Carlos Efigênia, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Ordem do Paraná; a Dr.^a Lindamir Colantonio, assessora jurídica e secretária de Comissão de Defesa do Consumidor e Secretária da Comissão Especial da Consolidação das Leis do Consumidor desta Casa; ao Dr. Marcos Schwegler, Diretor Financeiro da Assembleia Legislativa do Paraná; a Dr.^a Laís Bergstein, Diretora de Comunicação da Brasilcom; a Dr.^a Sani Cristina Guimarães, assessora jurídica do nosso gabinete; a Dr.^a Viviane Coêlho Séllos Knoerr, coordenadora do PPGD do

Grupo Ânima da Universidade Curitiba; Paulo Mateus Chiarelli, Diretor Jurídico da Casa Civil; o Dylliardi Alessi, Diretor Legislativo desta Casa e que muito contribuiu para que este projeto se tornasse realidade; ao Dr. Ciro Expedito Scheraiber, Procurador de Justiça da Coordenação Permanente de Prevenção e Combate a Violência nos Estádios e ex-coordenador da área do consumidor do Ministério Público; ao Dr. Gilberto Andreassa Junior, Presidente da Comissão de Direito Bancário da Ordem dos Advogados do Paraná; ao Dr. Erick Le Ferreira, Defensor Público Estadual e Presidente da Associação dos Defensores do Estado do Paraná; ao Luiz Roberto Farah, assessor jurídico da Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia; Leonardo Vinicius Argenta Marin, assessor jurídico da Liderança do Governo; ao Maiquel Zimann, Diretor-Geral da Casa Civil; Santin Roveda, Secretário de Estado de Justiça e Cidadania; e Eduardo Marafon, Diretor da Secretaria de Justiça. Este Código é um escudo, um farol, uma ponte. Ele protege, orienta, educa e também transforma. Ele é a semente plantada com coragem, regada com união e colhida hoje com muito orgulho. Mas ainda temos que protegê-lo. Ainda precisamos vigiar e resistir a cada tentativa de enfraquecê-lo. Fomos eleitos para representar o povo e é pelo povo que hoje entregamos esta vitória. Muito obrigado. Viva o povo do Paraná! Viva o direito dos consumidores! Viva a Assembleia Legislativa, que deu um exemplo claro de união e demonstração de que é possível criar leis importantes, inovadoras e que servem de exemplo para o Brasil. Temos agora a missão de divulgar este Código para a população, para o comércio. Muito obrigado a todos que acreditaram no sonho. (Aplausos.)

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Paulo Gomes, peço um aparte. Quero parabenizar a todos os envolvidos nessa construção. Acho essa estratégia... Penso que ela é didática para o nosso povo, porque aqui está um material organizado, fácil de encontrar. Isso facilita demais. Isso circulando nas mãos dos paranaenses, ou por meio de um aplicativo também seria interessantíssimo. Tenho a honra de dizer que tem várias leis minhas que estão aqui presentes neste Código. Desde que cheguei à Assembleia me dediquei também a esse tema e fiquei feliz de ver o trabalho que foi feito. Por isso,

parabenizo V.Ex.^a. Parabenizo toda a equipe envolvida. E, tenho certeza de que será um instrumento muito valioso, muito importante e eficaz na mão dos paranaenses. E, penso que essa estratégia do Código, como tivemos com o Código do Autismo, o Código da Mulher Paranaense, com certeza é uma estratégia que merece ser olhada e cuidada para que possamos dar mais acesso ao povo em relação àquilo que aprovamos aqui. Parabéns a todos os envolvidos.

Deputado Reichembach (PSD): Quero também parabenizar a todos os envolvidos. Enfim, em uma lei estadual estão consolidadas todas as normas, as leis paranaenses do Código de Defesa do Consumidor. As relações comerciais, as relações de consumo são complexas, amplas, com muitos pormenores e aqui temos um documento bastante abrangente. Então, quero fazer essa referência a esse documento, fazer esse reconhecimento a todos os envolvidos, mas, de forma muito especial, ao seu mandato, ao seu gabinete. Você, Deputado Paulo Gomes, marcou seu mandato liderando esse processo que resultou nesse documento tão importante aos consumidores e à população do Paraná. Parabéns!

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Suspendo a Sessão para que os Deputados possam tirar foto com o Código. Gostaria, rapidamente, também de anunciar a presença dos Vereadores de Campo Bonito, Sr.^s Julvan Hemerich e Sergio Fernandes, a pedido do Deputado Gugu Bueno. Sejam muito bem-vindos.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Está reaberta a Sessão. Retomamos a nossa Sessão Plenária. Próximo orador inscrito, na Liderança da Oposição: Deputado Arilson Chiorato. Gostaria também de anunciar a visita dos acadêmicos de Direito da Faculdade Inspirar, acompanhados pela Professora Iandara. Sejam bem-vindos.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, momento importante a feitura desse Código do Consumidor do Paraná. Mostra aqui o respeito da Casa,

na figura do Deputado Paulo Gomes, a todos os Deputados, ao consumidor paranaense. Exemplo de valorização ao consumidor e respeito às pessoas é o que ocorreu novamente ontem no Governo do Presidente Lula. Terceiro momento de redução do preço do diesel no Brasil de dezembro até abril. Essa nova redução do preço do diesel baixando R\$ 0,16 o litro, chegando a R\$ 3,27 nas distribuidoras. De dezembro de 2022 para cá o preço foi reduzido em R\$ 1,22, o que equivale a 27,2% no preço final. É um momento importante porque a gente vê que há um avanço econômico do País e a possibilidade da macroeconomia estar fortalecida permite atitudes como essa que impactam na economia local, na produção do País, na logística, no frete, na produção rural e mais do que isso: no desenvolvimento do Estado. Foram constantes nos últimos anos críticas sobre o aumento de combustível e um Governo que abaixa 30% o preço do diesel praticamente em cinco meses merece o nosso respeito. É uma atitude que potencializa a economia, que é uma amarra inclusive para segurar o preço da inflação. Então estamos diante de um cenário econômico novo no País. Apesar de a Faria Lima estar descontente, apesar de a especulação financeira estar descontente com o rumo que o Governo toma, o povo começou a sentir os reflexos. E é importante colocar isso. Muitas vezes aqui vejo alguns Parlamentares falarem de inflação. Só se esquecem de que a inflação hoje é metade do Governo passado. Uma inflação que oscila na casa de cinco pontos, enquanto chegou a 14 em média do último Governo que teve. Claro, temos que corrigir a inflação dos alimentos que permeia a casa de 8%, 8,5%, mas ela está inserida em um contexto internacional, principalmente no contexto de condições climáticas. O preço do café está disparado desse jeito é por condições climáticas, frustração de safra no Vietnã, na Colômbia, em países produtores; aumento de consumo pelo mercado chinês. A questão do preço do ovo tem relação direta com a onda de calor que a gente tem vivido. Existe um cenário macroeconômico e também tem as travessuras – as loucuras – do Donald Trump que pioram as condições de estabilidade de qualquer economia do mundo. Estamos falando de um País que hoje tem 7% de desemprego, contra mais da metade no passado. Estamos falando hoje de um País que tem o maior investimento direto estrangeiro da sua

história. Temos números muito positivos. Temos um salário mínimo que cresce acima da inflação, que é uma vantagem grande e que aumenta o poder de compra das pessoas. Temos um Governo que valoriza as pessoas. E hoje, aqui, foi citado um dado que está na *Folha de S.Paulo*, onde diz que 29% dos brasileiros não conseguem entender um texto simples ou fazer contas. Isso porque muito tem a ver com a não contribuição à educação dos dois Governos anteriores – do Bolsonaro e do Temer. Ambos perseguiram os investimentos em educação, os quais eles consideravam gastos.

Deputado Doutor Antenor (PT): Concede um aparte?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Ambos esses Governos criminalizaram a educação, o servidor da educação e em muitos momentos os estudantes. Deputado Antenor.

Deputado Doutor Antenor (PT): Queria contribuir até para que o desafio do Deputado Denian, que foi pertinente, parabéns pelo teu posicionamento, isso é algo que não cabe à Oposição e ao Governo ao todo, mas, também, há uma explicação que é importante quando se fala do diesel, quando se está falando do petróleo. No ano de 2013, caros Deputados, a Presidenta Dilma, ao contrário do que pensava o Presidente Lula... Quando da descoberta do Pré-Sal, havia uma proposta do Presidente Lula de que 100% dos *royalties* do petróleo junto com o Fundo Social do Petróleo, de 50% – é um outro fundo – fossem utilizados para a educação. A Presidenta Dilma estabeleceu na lei, em 2013, 75% para educação e 25% para a saúde. O modelo norueguês é 100%. A Noruega, até hoje, melhora seu IDH sustentando a utilização do petróleo da mesma forma aqui no Brasil – 75% seria para a educação. O início de carreira de um professor – salarial estou falando – seria maior do que de um médico, seria maior do que de um médico. Esse era um ganho da sociedade brasileira absurdo. Quando o Temer dá o golpe – de cada dois anos temos um golpe ou uma tentativa de golpe, o País é assim –, derruba a Dilma, não cumpre nada e entrega ainda para as petroleiras internacionais o nosso Pré-Sal. Isso foi o maior pênalti chutado para fora sem

goleiro na história educacional do nosso País. Então é pertinente o que o Deputado Denian coloca, mas é pertinente também que são atitudes políticas dos homens da casa grande que esquecem da senzala, que esquecem da dor do povo, que Paulo Freire se tornou maldito no Governo do inominável, se tornou maldito Paulo Freire. O maior educador, talvez do mundo, a terceira maior citação bibliográfica do mundo, que é Paulo Freire. Uma metodologia que, além de educar, gerava consciência nos seus cidadãos. Quando Paulo Freire morreu, no Chile, teve um dia de *paro*, um dia de greve em homenagem ao Paulo Freire. Só para lembrar aqui, então, que tem uma história e que temos que retomar de novo. O relator do Plano Nacional de Educação era um Deputado Federal, que é o Angelo Vanhoni que está aqui como Vereador do Partido dos Trabalhadores na Câmara de Curitiba. Só para pontuar aqui que eu acho que é importante esses fatos históricos que às vezes a gente esquece, a gente só aponta mazelas, só aponta a doença, mas não fala como é que se faz a cura.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Verdade, muito obrigado pelo aparte, Deputado Antenor. E vivemos um momento em que é preciso recuperar a História. Não é à toa que a gente tem um ambiente tão propício para *fake news*. Essa informação de hoje é um campo fértil para aqueles que disparam a mentira. E já vivemos isso e ainda vivemos combatendo isso. Mas tem muitas notícias boas, não é, Deputada Luciana? A senhora está me pedindo um aparte?

Deputado Luciana Rafagnin (PT): Obrigada, Deputado Arilson. Colaborando um pouco com o seu discurso, lembrar aqui que, realmente, quando a gente está no Poder, como está o Presidente Lula agora e tem como meta a reconstrução do Brasil, sabemos do que estamos falando. Estamos falando das políticas públicas, aquilo que realmente tem um impacto muito positivo na vida das pessoas. Como disse aqui o Deputado Doutor Antenor falando da educação – e V.Ex.^a fala muito bem –, tivemos no governo passado do PT a criação de 18 novas universidades federais, mais 170 *campus* universitários. Foi aí que foi criado também o Instituto Federal. Nós tivemos mais de 360 no Governo passado e agora o Lula já anunciou a criação de mais 100 novos Institutos Federais, no qual o Paraná está sendo bem

contemplado. Importante ressaltar aqui que a política do Presidente Lula, a política do Governo do PT hoje, é realmente a prioridade atender à população que mais precisa de Governo. Por isso tem as políticas públicas da educação, por isso que tem da saúde, a qual gostaria de destacar aqui, que hoje, vi matéria no Estado que o Paraná vai estar contratando, vai estar junto, na verdade, não é contratando, mas fazendo parte do Programa do Governo Federal do *Mais Médicos* no qual teremos aqui mais 158 médicos contratados pelo Programa *Mais Médicos*. Fazendo parte do Programa Nacional do Programa *Mais Médicos*. Aqui no Paraná já tem 1 mil e 450 médicos do Programa Mais Médicos e isso significa que agora vão ser contratados mais 158, significa que mais municípios vão ser atendidos, mais pessoas vão estar sendo atendidas pelo Programa *Mais Médicos*, com todas as outras ações que já estão acontecendo no Programa de Saúde. Que é muito importante dizer que realmente esse atendimento vai para as pessoas que mais precisam. Por isso que o Governo Lula tem trabalhado muito na questão da reconstrução do nosso País, que é a reconstrução das políticas públicas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo orador inscrito, pela Liderança do Governo, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Sr. Presidente, Mesa, colegas. Em primeiro lugar, quero falar com o Denian, cadê ele? Deputado Denian Couto, eu era bem mais jovem e V.Ex.^a também, quando eu não perdia na *Rede Massa* o programa que V.Ex.^a comandava. Desde lá, veio uma admiração, um carinho, respeito, principalmente quando V.Ex.^a sobe a esta tribuna aqui e fala de assuntos sempre importantes, e hoje não foi diferente. Um assunto que trata da educação em nível nacional, não é só, aqui, em todos os lugares. Só dizer a V.Ex.^a, que quero me colocar a sua disposição e dos demais colegas, no âmbito da Comissão de Educação, como Presidente. Na Liderança do Governo, aceito ideias, o que for preciso, para que possamos melhorar. Sempre é bom lembrar, Sr. Presidente, que

o barulho está grande de novo. O que eu gostaria de dizer é o seguinte: o Estado do Paraná, com todo o respeito às demais Unidades da Federação, tem feito o possível e o impossível. Somos o estado que coloca três refeições por período – carne, enfim tudo o que é necessário – e não venha me dizer que não é importante, porque o aluno que vai para escola com fome tem dificuldade de aprendizado. Então, são três refeições. Temos a educação mais tecnológica no Brasil. Temos no Paraná a possibilidade de o pai escolher, se ele quer uma escola integral, se ele quer uma escola cívico-militar. Há aqueles que combatem e respeito. Respeito! Mas existe muita gente que quer escola cívico-militar. Esse processo não é *goela abaixo*, ele é escolhido, o pai tem o condão de poder escolher se quer ou não quer botar o seu filho lá.

Deputado Gilberto Ribeiro (PL): Um aparte, Líder.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Por favor, Deputado.

Deputado Gilberto Ribeiro (PL): O senhor está equivocado em relação às refeições, não são três. Estive pessoalmente e fiquei surpreso, no Colégio Estadual Bandeirantes, em Campina Grande do Sul, onde alunos que ficam no período integral recebem sete refeições por dia. O Colégio Estadual Bandeirantes, aqui em Campina Grande do Sul, onde estive levando a emenda no valor de R\$ 50 mil reais. Obrigado pelo aparte.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado, pela correção. Citei três por período, mas obrigado. Quem quiser visitar o Colégio que o Deputado falou, está à disposição. Acho que vai chover amanhã, porque quando está para chuva o barulho fica grande. No meu tempo de piá, eu falava isso. O que quero dizer é que temos no Paraná essa condição, agora, se tiver que melhorar, vamos melhorar. O que tem para melhorar mais? Quero me colocar à disposição. O Paraná está sempre na vanguarda. Quero me colocar à disposição. O pessoal do Depen, a Vanderleia está ali. Parabéns pela luta de vocês. Agradecer a todos os Deputados de todas as cores partidárias. O projeto já passou por todas as Comissões, está apto a vir ao Plenário. Ele foi construído através do debate, chegou ao limite das

concessões que o Governador poderia fazer, no limite. É óbvio, não foi atendido tudo – infelizmente, não é possível atender tudo –, mas eu diria que 75% dos pleitos estão atendidos nesse Projeto de Lei do Depen. É isso. Estou aqui para parabenizar esse Sindicato. Quero também falar neste momento, fazer um convite aos colegas que estão aqui: hoje às 18h30 tem uma Sessão Solene do Maio Amarelo, Presidente. Quero convidar V.Ex.^a, o Deputado Gugu, a Deputada Cloara e todos que compõem a nossa base, porque estarão presentes aqui diversos representantes do Detran do Paraná inteiro. Certamente, V.Ex.^{as} terão amigos, colegas – incluí agora há pouco, o Deputado Traiano falava que vai ter um pessoal dele, aqui, que tem uma ligação –, quero às 18h30 fazer um convite especial. Sou autor da Lei do Maio Amarelo, modéstia à parte, como dizem no interior, não quero me gabar. Em 2015, tive o privilégio de fazer essa lei tão importante, instituindo o Maio Amarelo no Estado do Paraná. Deputado Paulo Gomes, tudo bem, parabéns, uma salva de palmas para o senhor. O senhor é obstinado. O senhor é lutador, *reinento*, briguento, mas se não, o senhor não chegaria a essa situação a que chegou. Muito orgulho, admiração, pelo seu trabalho que está aqui. Isso deve dar um orgulho de ver materializado, um trabalho feito com muito carinho. Parabéns! Parabéns a todos os colegas que ajudaram nesse processo todo. Quero aqui também falar...

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Hussein, só me permita um pequeno comentário. No horário da Sessão Solene do Maio Amarelo, hoje, talvez, eu não consiga estar porque tenho um compromisso e não sei se chegarei a tempo de participar com V.Ex.^a. Só quero aproveitar este momento para dizer o seguinte, acho que o Deputado Romanelli trouxe esse sistema aqui, que já trouxe no passado. Estamos passando uma situação muito complicada nas estradas do Paraná, com a alta velocidade de caminhões, com o uso do celular. Situações que não são só o uso de celular por caminhoneiros, por todos. Infelizmente, motoristas que hoje se acham no direito de dirigir com o celular na mão, inclusive, muitos motociclistas que hoje conseguem pilotar uma moto e olhar para o celular. Deputado, não é para criminalizar ninguém, não estou falando isso. Temos que fazer um grande trabalho, talvez usar a Secretaria de Comunicação do Estado, os

veículos do Estado, a própria Assembleia. Precisamos tratar desse assunto, porque infelizmente são tantos tombamentos, são tantos os acidentes que presenciamos neste período, também agora depois do fim das últimas concessões, que merece ser assunto de audiência pública, de uma Sessão como essa que V.Ex.^a vai trazer aqui hoje. Precisamos dar esse grito porque são vidas que estão se perdendo, pelo Paraná e pelo Brasil em relação a esse assunto. Então, parabeno V.Ex.^a pelo “Maio Amarelo”. Peço também que possamos ter, por ocasião deste mês, talvez, disparar mais e mais campanhas, que talvez já estejam sendo feitas, mas que nunca são demais, Deputado, para podermos conscientizar o nosso povo acerca desse assunto.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado, pela intervenção. A ideia é boa, será acatada. Acho que é importante fazermos alguma audiência pública. Tenho visto com bastante tristeza, viajo muito em todos os setores do Paraná, a ausência das Polícias Rodoviárias, praticamente sumiram. Você passa nas casinhas da Polícia Rodoviária, parece que não tem mais. Esse problema não vem deste Governo, agora, do Governo Lula. Esse é um problema que já é mais antigo, não estou aqui só para criticar nada. É um problema mais antigo, ele vem de muito mais tempo. Não houve a renovação dos quadros da Polícia Rodoviária. O Deputado Gugu é testemunha, quando se vem de Foz Iguaçu/Cascavel para a frente...

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Deputado Hussein, o senhor me permite um aparte?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Só quero concluir, já permito. Não vejo mais, estão fechadas. Os senhores não prestaram atenção nisso? As Polícias Rodoviárias estão sofrendo um processo muito terrível. Pois não, Deputado.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Não, Deputado Hussein. Primeiro, quero lhe cumprimentar pela iniciativa. O tema do Maio Amarelo, V.Ex.^a é que foi o grande responsável, justamente, para que pudéssemos ter essa lei. Ao mesmo tempo é o seguinte: é necessário, urgentemente, que consigamos retomar o

controle das rodovias – tanto estaduais, quanto federais –, o problema que envolve, efetivamente, a velocidade dos caminhões. Caminhões que vêm com safra do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso, enfim, do Centro-Oeste, excesso de velocidade o tempo todo, falta de balança nas estradas. Ao mesmo tempo, a nossa legislação envolve a questão federal. Mas quando uma concessionária é operadora rodoviária, tem que ter poder de polícia também sobre a rodovia. Se não tivermos uma ação efetiva, muito mais pessoas vão morrer nas nossas estradas, famílias vão ser devastadas. Então, o tema que envolve, de fato, o excesso de velocidade das nossas estradas é assustador, claro que não são só os caminhões, veículos também de toda natureza. Mas se não tiver controle, se não tiver policiamento... Porque é inacreditável o que está acontecendo, de fato, nas nossas rodovias. Parabéns pelo tema.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado. Sem contar que o Deputado Batatinha abordou o tema esses dias. Porque se viaja em algumas rodovias de agora pedagiadas, você não entende porque está parado. Você vê lá dez, 15 km, não sabe se é porque um caminhão está ultrapassando o outro e vai segurando. Você não entende! Deputado Antenor, faz favor.

Deputado Doutor Antenor (PT): Eu queria contribuir. Nesta sexta-feira, há um convite do Fernando de Oliveira, da Polícia Rodoviária Federal. Vamos promover na próxima sexta-feira, no auditório da Polícia Rodoviária Federal, o debate, o total de mortes em rodovias...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir, Deputado.

Deputado Doutor Antenor (PT): ... do Paraná subiu 8%, quando no Brasil 9%. Estamos sendo convidados no auditório da Polícia Rodoviária Federal, em Curitiba, sexta-feira, 9 de maio. Essa contribuição temos que olhar de fato. É caminhão andando a 200 km/h. Não tem cabimento mais, sempre na pista da esquerda. Nós que viajamos sabemos o que estamos vendo. Então, é pertinente o que foi colocado aqui, mas estamos todos convidados para participar.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado, importante esse convite. Só quero retratar o que o Deputado Batatinha falou. É mais uma abordagem que temos que fazer, Deputado Romanelli e os outros Deputados da frente. Essa questão dos pedágios. A falta de organização na sinalização é gritante, às vezes, está cortando mato, para dez quilômetros a fila. É gritante, e ninguém fala nada. Eu acho que está na hora de nós promovermos um debate aqui também sobre isso, porque isso é uma fonte de acidentes também que não pode ser menosprezada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Doutor Antenor (PT), Doutor Leonidas (CDN), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Jairo Tamura (PL), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mauro Moraes (UNIÃO), Matheus Vermelho (UNIÃO), Maria Victória (PP), Marcelo Rangel (PSD), Marcio Pacheco (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Marli Paulino (SD), Moacyr Fadel (PSD), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes da TV (PP), Professor Lemos (PT), Requião Filho, Reichembach (PSD), Samuel Dantas (SD), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Buhner (UNIÃO) (49 Parlamentares);

Deputado ausente com justificativa: Renato Freitas (PT) (Req. 0967 - Art. 97, § 3º, III do Regimento Interno) **(1 Parlamentar)** **Deputados ausentes sem justificativa:** Mabel Canto (PP), Nelson Justus (UNIÃO), Ricardo Arruda (PL), Soldado Adriano José (PP) **(4 Parlamentares).**]

Projetos regularmente protocolados pelos Senhores Deputados.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 277/2025**, do Deputado Ney Leprevost, que insere no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná a Exproapras – Feira e Convenção Paranaense de Supermercados; **Autuado sob o n.º 278/2025**, do Deputado Ricardo Arruda, que dispõe sobre a responsabilização civil e penal de agentes públicos estaduais e municipais que impuseram a vacinação contra a covid-19 em crianças no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 279/2025**, do Deputado Hussein Bakri, que concede o título de utilidade pública à Associação Comunitária Rural de Quarteirão dos Stresser (ACOMURQS), com sede no município de Inácio Martins; **Autuado sob o n.º 280/2025**, do Deputado Denian Couto, que concede o título de utilidade pública à Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do município de Goioerê – Recicla Goioerê, com sede no município de Goioerê; **Autuado sob o n.º 281/2025**, dos Deputados Maria Victória e Goura, que institui o Dia do Montanhismo, a ser celebrado anualmente em 21 de agosto; **Autuado sob o n.º 282/2025**, dos Deputados Maria Victória e Goura, que institui o Dia da Montanha, a ser celebrado anualmente em 11 de dezembro; **Autuado sob o n.º 283/2025**, do Deputado Matheus Vermelho, que dispõe sobre o direito dos estudantes que levarem alimentos para consumo nas escolas da rede pública e privada de ensino, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 284/2025**, do Deputado Matheus Vermelho, que proíbe a realização de manutenções programadas não emergenciais em rodovias estaduais no dia de feriado, bem como nos dias anterior e posterior e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 285/2025**, do Deputado Goura, que estabelece critérios para utilização de vidros translúcidos ou superfícies espelhadas em estruturas de delimitação; **Autuado sob o n.º**

286/2025, do Deputado Adão Litro, que concede o título de utilidade pública à Associação Beneficiente O Bom Samaritano do Sudoeste, com sede no município de Dois Ampére; **Autuado sob o n.º 287/2025**, do Deputado Professor Lemos, que insere no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná a Copa Estadual da Reforma Agrária; **Autuado sob o n.º 288/2025**, do Deputado Requião Filho, que concede o título de utilidade pública ao Instituto Moradas do Tempo, com sede no município de Curitiba.

Passamos aos Itens da pauta.

Temos quatro Redações Finais.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 232/2024, de autoria do Deputado Tercílio Turini, que denomina Vergínio Mouro o viaduto localizado no km 62 da PR-445, em frente à Toyo Sen I do Brasil Agroindustrial Ltda., no acesso para o Patrimônio da Selva.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 776/2024, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima, que concede o título de utilidade pública ao Conselho de Ministros Evangélicos do Estado do Paraná - COMEP, com sede no município de Curitiba.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 143/2025, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui o Dia Estadual do Zootecnista, a ser celebrado anualmente em 13 de maio.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 226/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 26/2025, que altera a Lei n.º 21.720, de 31 de outubro de 2023, que dispõe sobre as transferências obrigatórias de recursos do Estado do Paraná aos municípios paranaenses, para resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres, cria o Fundo Estadual para Calamidades Públicas, e dá outras providências.

Não foram apresentadas Emendas de Redação. **Está dispensada a votação.**

ITEM 5 – 2.º Turno do Projeto de Lei Complementar n.º 4/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 28/2025, que altera a Lei n.º 18.627, de 23 de novembro de 2015, que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à movimentação financeira dos concursos públicos estaduais, e a Lei Complementar n.º 217, de 22 de outubro de 2019, que institui o Programa de Fruição e Indenização de Licença Especial. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. **(Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.º 1, dos Deputados Arilson Chiorato, Ana Júlia, Requião Filho, Goura, Luciana Rafagnin e Doutor Antenor.) O Projeto recebeu emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 6 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 644/2024, de autoria da Deputada Marli Paulino e da Deputada Cristina Silvestri, que institui a Campanha Permanente de orientação, predição e prevenção à pré-eclâmpsia e dá outras providências. Parecer favorável da CCJ, com emenda e Comissão de Saúde Pública. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Estava um barulho na hora, eu quero repetir, eu peço à nossa base voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam o Deputado Professor Lemos, o Deputado Jacovós, o Deputado Tito, o Deputado Denian, o Deputado Fabio, o Deputado Wilmar Reichembach? Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto**

*Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Requião Filho e Tercílio Turini (40 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Del. Jacovós, Flavia Francischini, Luis Corti, Mabel Canto, Nelson Justus, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Thiago Buhner (14 Deputados).]* Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 644/2024.**

Em discussão a Emenda da CCJ. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): A Emenda é boa, peço voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): *Pela ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Para informar os membros da Comissão de Obras que temos reunião na sala Irondi Pugliesi, logo após a Sessão Plenária. Todos os membros da Comissão de Obras, Transportes e Comunicações estão convocados. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri,

*Del. Tito Barichello, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Samuel Dantas e Tercílio Turini (40 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Del. Jacovós, Denian Couto, Flavia Francischini, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Thiago Buhner (14 Deputados).]* Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a emenda.**

ITEM 7 – 2.º Turno do Projeto de Resolução n.º 5/2025, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná referente ao exercício financeiro de 2022. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Deputados que compõem a base, peço o voto “*sim*” com segurança.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição sugere voto “*não*”, encaminha voto “*não*”. A aprovação dos Projetos colocados ontem na prestação de contas do Chefe do Poder Executivo em 2022 não comprovam a existência dos cumprimentos das determinações e recomendações. Voto “*não*”, Presidente.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Podem votar seguros, não tem pedalada. Voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Deputados que ainda não votaram, voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Reichembach, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (38 Deputados); Votaram Não: Ana Julia, Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Professor Lemos e Requião Filho (7 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Del. Jacovós, Flavia Francischini, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Renato Freitas, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (9 Deputados).]* Com 38 votos favoráveis e 7 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Resolução n.º 5/2025.**

ITEM 8 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 133/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 18/2025, que altera a Lei n.º 21.430, de 19 de abril de 2023, que cria o Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Paraná. Parecer favorável da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania. Em discussão o Projeto.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, esse Projeto visa fortalecer a participação de outros povos indígenas nesse Conselho, é importante e eu peço voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, e em um segundo momento vai apresentar uma emenda supressiva sobre o segundo item. Voto “*sim*”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Esta Presidência agradece a presença dos Vereadores de Santa Mariana, os Sr.^s Vaguinho e Batata. Por solicitação do Deputado Alisson Wandscheer.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Deputados que não votaram ainda, peço o voto; Projeto importante que trata do fortalecimento da participação dos povos indígenas no Conselho Estadual.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Apenas para comunicar aos Deputados que, após a Sessão, por solicitação do Deputado Paulo Gomes, faremos a entrega de Menção Honrosa àqueles que colaboraram na elaboração do Código do Consumidor. Então, convido todos os Deputados a permanecerem para participar da entrega de Menções Honrosas. Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** *Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (41 Deputados); Não Votaram:* *Alexandre Curi, Cloara Pinheiro, Del. Jacovós, Denian Couto, Dr. Leônidas, Flavia Francischini, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Maria Victoria, Nelson Justus, Renato Freitas, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (13 Deputados).]* Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 133/2025.**

ITEM 9 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 661/2023, de autoria da Deputada Maria Victoria, do Deputado Alexandre Curi e do Deputado Evandro Araújo, que denomina “Orlando Antonioli” o Viaduto localizado no cruzamento da Avenida Brasil com a BR-376, no município de Sarandi. Parecer favorável da CCJ. Em

discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Colegas que ainda não votaram, o voto é “*sim*”, inclusive eu.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:
[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (41 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Flavia Francischini, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Nelson Justus, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (13 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 661/2023.**

ITEM 10 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 183/2025, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Artur José Schmitt. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Como vota o Deputado Ney Leprevost, que conhece o Dr. Artur Schmitt?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Colegas que não votaram, é “*sim*”.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (PSD): Para o Dr. Artur Schmitt, o meu voto, com certeza absoluta, é “*sim*”, Deputado Alexandre Curi.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam o Deputado Guerra, o Deputado Marcelo Rangel? Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** *Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhner (44 Deputados); Não Votaram:* *Alexandre Curi, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Flavia Francischini, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Nelson Justus, Renato Freitas, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (10 Deputados).*] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 183/2025.**

ITEM 11 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 219/2025, de autoria do Deputado Batatinha, que institui o Dia S, de valorização e reconhecimento do Sistema Fecomércio / SENAI/ SESC / SENAC / SESI / SEBRAE / SENAR / SESCOOP / SEST / SENAT e Sindicatos Filiados à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo anualmente, a ser comemorado no dia 16 de maio, e insere no calendário oficial de eventos do Estado. Parecer favorável da CCJ.

DEPUTADO BATATINHA (MDB): Para encaminhar, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para encaminhar, Deputado Batatinha.

DEPUTADO BATATINHA (MDB): Senhor Presidente e demais Deputados, sempre tive uma identificação muito forte com o trabalho social, a vida toda me envolvi com o trabalho social, até porque é uma situação que me satisfaz – esse tipo de serviço. Acho que qualquer cidadão, qualquer autoridade, qualquer pessoa que possa fazer um trabalho social, acabamos tendo uma satisfação prazerosa. E o trabalho social, primeiro, fazemos ao próximo e depois agradamos a Deus. Acabei então, neste Projeto de Lei, instituindo o Dia S, celebrando então anualmente, em 16 de maio, como forma de valorização do trabalho realizado pelo Sistema Fecomércio, que também acaba abrangendo aí o Senai, Senac, Sesi, Sebrae, Senar, SESCOOP, Sest e Senat e ainda os sindicatos filiados à Federação do Comércio de Bens e de Serviços de Turismo do Estado. Para que os Deputados tenham conhecimento, são 91 unidades espalhadas pelo Paraná que realizam o maior evento de promoção social do Brasil. Estamos falando aqui que já foram realizados em torno de 47 mil casamentos coletivos – inclusive vamos ter agora, nos dias 16, 17 e 18 esse evento aqui em Curitiba. Quarenta e sete mil pessoas, coletivamente, já casaram por esse projeto, que, aliás, é o maior projeto de assistência social do Brasil. E aí estamos então instituindo o Dia S. Noventa e uma unidades espalhadas pelo Brasil...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Respeito ao orador. Peço silêncio ao Plenário, porque estamos com dificuldades de ouvir o orador.

DEPUTADO BATATINHA (MDB): Para terminar aqui e concluir, então, sobre o Dia S, este Projeto de Lei, eu falava que são 47 mil casais que já se casaram em casamentos coletivos, e esse é um dos maiores programas de assistência social do Brasil. E agora, então, teremos esta lei que insere oficialmente esta data e este projeto tão importante no Calendário Oficial de Eventos do Paraná, que reconhece então o trabalho realizado pelo sistema Fecomércio. É o maior programa de

assistência social do Brasil que estamos aprovando neste Dia S, o dia 16 de maio. Aproveitando já para divulgar que 16, 17 e 18 teremos então esse grande evento em Curitiba, com casamento coletivo, cortes de cabelo, confecção de identidades, além de outras palestras e várias atividades – 16, 17 e 18. Peço a colaboração e o apoio de todos os colegas.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): E peço o voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Parabéns, Batatinha. Pessoal, peço o voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:
[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Denian Couto, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Tercílio Turini e Thiago Buhner (38 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Artagão Junior, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Dr. Leônidas, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gugu Bueno, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Nelson Justus, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas e Soldado Adriano José (16 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 219/2025.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 963/2025, da Deputada Maria Victória, requerendo dispensa de votação de Redação Final para o Projeto de Lei n.º 661/2023, pois o mesmo foi aprovado sem emenda no curso de sua tramitação. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 966/2025, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, para encaminhar Ofício n.º 15/2025 da Câmara Municipal de Porecatu, requerendo informações atualizadas sobre a construção de terceiras-faixas na Rodovia João Lunardelli PR-170, compreendido entre o município de Rolândia, passando por Porecatu, até a divisa com o Estado de São Paulo. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de expediente.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 958/2025, das Deputadas Márcia Huçulak e Maria Victória, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Marco Aurélio Kriger, ocorrido no dia 28 de abril de 2025, no Rio de Janeiro; **Requerimento n.º 959/2025**, da Deputada Maria Victória, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Luciano Luz Hauer, ocorrido no dia 3 de maio de 2025, em Curitiba; **Requerimento n.º 965/2025**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Geral do DER/PR e ao Diretor-Presidente da Concessionária EPR Litoral Pioneiro S.A, requerendo a adoção de providências urgentes para a instalação de equipamentos de controle e monitoramento de tráfego, reforço da sinalização e demais melhorias de infraestrutura no entrocamento da PR-092, Km 299,4, acesso ao município de Quatiguá, diante da elevada ocorrência de acidentes no local.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 960/2025, do Deputado Ney Leprevost, requerendo o arquivamento do Projeto de Lei n.º 76/2025; **Requerimento n.º 961/2025**, da Deputada Maria Victória, requerendo o arquivamento do Projeto de Lei n.º 462/2017; **Requerimento n.º 962/2025**, dos Deputados Maria Victória e Goura, requerendo a coautoria do Projeto de Lei n.º 777/2023; **Requerimento n.º 964/2025**, dos Deputados Jairo Tamura e Alexandre Amaro, requerendo a inclusão do Deputado Jairo Tamura como coautor do Projeto de Lei n.º 267/202, de autoria do Deputado Alexandre Amaro.

Justificativas de ausências.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, III do Regimento Interno (em decorrência de audiência ou evento com o Ministro): **Requerimento n.º 967/2025**, do Deputado Renato Freitas, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 6 de maio de abril de 2025.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, às 9h30, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 644/2024, 183/2025 e 219/2025 e do Projeto de Resolução n.º 5/2025; 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 133/2025; 1.º Turno do Projeto de Lei Complementar n.º 5/2025 e dos Projetos de Lei n.ºs 405/2021 e 247/2025; e Turno Único dos Projetos de Lei n.ºs 672/2024, 40/2025 e 203/2025.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h23, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)